

Combustíveis A pressão dos Poderes

Petrobras sofre ofensiva após reajuste

— Anúncio de aumento do diesel e da gasolina a partir de hoje leva governo, Congresso e ministro do STF a elevar pressão sobre a estatal; Lira quer dobrar imposto sobre lucro

O governo Jair Bolsonaro, o Congresso e o ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), partiram para cima da Petrobras depois que a estatal anunciou ontem aumento de 5,2% na gasolina e de 14,2% no diesel, considerando o preço cobrado nas refinarias. O reajuste, que entra em vigor hoje, deve pressionar ainda mais a inflação e provocar novo desgaste a Bolsonaro, que tenta se reeleger neste ano.

Em meio a ameaças de retaliação de todos os lados, as ações da Petrobras chegaram a cair quase 10% e fecharam com desvalorização de 6,09%, o que corresponde à perda de R\$ 27,3 bilhões em valor de mercado.

O anúncio do reajuste desencadeou reações em série. Bolsonaro chamou o aumento de “traição ao povo brasileiro” e afirmou que está articulando com a cúpula da Câmara a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a direção da Petrobras que ele mesmo indicou.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), por sua vez, defendeu dobrar o imposto cobrado sobre o lucro da petroleira para bancar um subsídio ao diesel, pago diretamente pela estatal ou na forma de uma “bolsa” para caminhoneiros, taxistas e motoristas de aplicativo. Lira disse que os parlamentares debaterão na próxima semana a política de preços da empresa. Também voltou a pedir a renúncia do presidente da companhia, José Mauro Coelho, já demitido por Bolsonaro.

No STF, o ministro André Mendonça, indicado por Bolsonaro, determinou que os Estados passem a cobrar alíquotas uniformes sobre todos os combustíveis. A estatal também terá de prestar informações ao STF sobre a formação dos preços nos últimos meses.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), por outro lado, afirmou que é “inexistente a dicotomia” entre Petrobras e governo. Ele defendeu a criação de um fundo para amortecer os preços dos combustíveis com parte dos dividendos que a estatal paga à União. Como principal acionista, a União recebe a maior parte dos lucros da estatal. ●

ICMS, inflação e a taxa de juros

ARTIGO

José Márcio Camargo

Professor aposentado do Departamento de Economia da PUC-Rio, é economista-chefe da Genial Investimentos

A proposta que classifica combustíveis, energia elétrica, telecomunicações e transportes coletivos como bens essenciais foi aprovada esta semana pelo Congresso Nacional. Por essa proposta, a alíquota de ICMS desses produtos passa a ter um limite máximo de 17% ou 18%, dependendo do Estado.

Além da redução da alíquo-

ta do ICMS, o governo decidiu enviar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) na qual se propõe a compensar as perdas de receitas dos Estados que decidirem zerar as alíquotas de ICMS do diesel até dezembro de 2022.

Se essa redução de impostos chegar integralmente aos preços finais desses produtos, teremos uma diminuição da taxa de inflação que estimamos próxima a 2,5 pontos de porcentagem. Como nossas projeções são de inflação de 9,4% em 2022, caso essas estimativas estejam corretas, teremos uma queda do IPCA para próximo a 7,0% no ano.

A diminuição da alíquota do ICMS desses produtos vai gerar uma redução da arrecadação tributária e, portanto, uma diminuição do superávit (ou aumento do déficit) primário dos Estados.

Diminuição dos preços dos bens que terão ICMS reduzido vai gerar aumento da renda real das famílias

A dúvida é qual o tamanho

dessa perda de receita. As estimativas dos Estados apontam para uma queda de R\$ 60 bilhões a R\$ 80 bilhões. Nossa avaliação indica que essa perda está superestimada.

Ela não leva em consideração que esses produtos são parte importante da cesta de consumo das famílias, principalmente das mais pobres. A diminuição dos preços desses bens vai gerar um aumento da renda real das famílias e um aumento da demanda por outros bens e serviços.

Consequentemente, parte da perda de receitas, mesmo descontada a inflação, será compensada pelo aumento de arrecadação em razão desse aumento de demanda. A diminuição da alíquota, no curto prazo, além de reduzir

a inflação, vai gerar mais crescimento.

Dois efeitos colaterais importantes. Primeiro, por ser uma medida expansionista da atividade, sua adoção poderá exigir uma taxa de juros mais elevada para estabilizar a inflação do que o esperado antes de elas serem implementadas. Segundo, com a redução do superávit (ou aumento do déficit) primário dos Estados, o risco fiscal percebido pelos investidores poderá aumentar, o que poderá gerar pressão sobre a taxa de câmbio, exigindo um aumento do diferencial de juros entre o Brasil e outros países. Ambos os efeitos indicam taxas de juros mais elevadas no final do ajuste da política monetária. ●

Combustíveis Pressão do Congresso

Taxar a exportação de petróleo entra no radar para conter preços

Presidente da Câmara convoca reunião em busca de medidas para rever a política de preços da Petrobras

ADRIANA FERNANDES
BRASILIA

A ofensiva do Congresso contra a Petrobras colocou na mesa das negociações a proposta de taxação das exportações de petróleo. Quanto maior o preço do produto, maior a receita potencial do Imposto de Exportação (IE) com a venda ao exterior do petróleo produzido pela estatal. Esse tipo de imposto é raramente usado no Brasil. A ideia é que a sua arrecadação seja usada para bancar a redução dos preços dos combustíveis.

A proposta será discutida na reunião de líderes dos partidos que o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), convocou para a segunda-feira para discutir a política de preços da Petrobras, hoje atrelada ao mercado internacional.

No ano passado, as exportações chegaram a US\$ 30 bilhões com a média do preço do barril em torno de US\$ 70. Hoje, o preço do petróleo Brent para agosto está em torno de US\$ 113. Com média em US\$ 110, as exportações podem chegar a quase US\$ 50 bilhões neste ano.

SUBSÍDIO. Em reação ao reajuste, Lira anunciou que os parlamentares vão aprovar proposta para dobrar a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da Petrobras para bancar diferença do custo do diesel do exterior ou para ser usado para um vale para caminhoneiros, taxistas e motoristas de aplicativos, fora do teto de gastos, a regra que limita o crescimento das despesas à inflação. Na prática, é um subsídio.

Segundo ele, já há uma proposta similar a essa nos Estados Unidos, feita pelo presidente Joe Biden. "As petrolíferas lá pagam 21% de impostos sobre o lucro, e eles estão discutindo dobrar para 42%", disse.

Por ser uma contribuição, o aumento da CSLL para entrar em vigor precisa de prazo de

Candidatos reagem ao aumento e à ofensiva contra a Petrobras

Os presidenciais adversários de Jair Bolsonaro questionaram o reajuste dos combustíveis e acusaram o presidente e seus aliados de fabricarem uma crise a quatro meses das eleições.

O ex-ministro da Fazenda **Ciro Gomes (PDT)** classificou o aumento de "absurdo e escárnio" e acusou a Petrobras de ter se tornado "uma empresa pública imperial e insensível ao sofrimento do

três meses (chamado de noventa). Já uma elevação do Imposto de Renda demandaria esperar a virada do ano para começar a ser cobrada. Hoje, a alíquota da CSLL para as empresas de petróleo é de 9%.

Em entrevista ao canal **GloboNews**, Lira disse que o Congresso vai abrir a "caixa-preta" e mudar a política de reajuste, hoje atrelada ao preço em dólares pra-

povo". afirmou que **Bolsonaro** – a quem chamou de "presidente banana" – e aliados fazem um "teatrinho" após perder o controle de um problema por eles criado.

O ex-presidente **Luiz Inácio Lula da Silva (PT)** também criticou o aumento e chamou de "invenção" a solução apresentada pelo presidente, de conter os preços a partir da redução do ICMS.

O deputado federal **André Janones (Avante)** chamou a reação do Planalto de "teatro" e disse que é o "primeiro caso de oposição a si mesmo registrado no País". ●

ticado no mercado internacional. "Ela não revela como faz essa contabilização da política de preços. É necessário que agora tenhamos de discutir essa política de preços da Petrobras e chamar o Cade mais uma vez à responsabilidade pelo monopólio que existe na Petrobras", disse.

Para o deputado **Danilo Forte (União-CE)**, relator da Proposta de Emenda à Constitui-

ção (PEC) que trata de biocombustíveis e faz parte do pacote do governo, "está na hora" de cobrar o Imposto de Exportação. "A gente isenta a Petrobras do produto, e ele vira margem de lucro para ela. Vamos discutir isso na reunião de segunda", disse Forte ao Estadão.

Forte é também relator da Medida Provisória 1.118, que restringe até 31 de dezembro de 2022, o uso de créditos tributários decorrentes de contribuições sociais (PIS/Pasep e Cofins) a produtores e revendedores de combustíveis. Para conceder subsídio, o governo terá que abrir exceção no teto de gastos. Já há uma PEC no Senado para mudar a regra e permitir a compensação pela União aos Estados que reduzirem a zero o diesel e o gás de cozinha.

As duas propostas poderão ser utilizadas para mudanças que as lideranças decidiram propor na segunda-feira. Outro projeto, o PL 1472, do senador **Rogério Carvalho (PT-SE)**, também poderá ser utilizado na ofensiva política deflagrada contra a Petrobras. Esse projeto já foi aprovado pelo Senado e tem apoio do presidente da Casa, **Rodrigo Pacheco (PSD-MG)**. Ele cria diretrizes de preços para o diesel, a gasolina e o gás liquefeito de petróleo e contém brechas no texto que forçam a mudança na política de preços da Petrobras. ●

Aumento não elimina defasagem dos combustíveis

DENISE LUNA
RIO

O reajuste da Petrobras sobre o preço do diesel e da gasolina

não é suficiente para eliminar a defasagem dos preços da companhia em relação ao mercado internacional, segundo estimativas de bancos e da Associação Brasileira dos Importadores de

Combustíveis (Abicom).

A defasagem do diesel caiu de 21% para 9%, e da gasolina de 13% para 5%, no cálculo da entidade que reúne dez importadores de médio e pequeno portes.

Para equiparar os preços ao mercado externo, a Petrobras agora teria de elevar o diesel em R\$ 0,52, e a gasolina em R\$ 0,22, segundo o presidente da Abicom, **Sérgio Araújo**.

Segundo a Petrobras, manter os preços em paridade com o mercado internacional é necessário para garantir o abasteci-

mento do País, já que os importadores teriam dificuldade de importar os combustíveis a um preço maior e competir com os preços mais baixos no Brasil.

A preocupação é justificada pela escassez de diesel no mercado internacional, por conta da guerra entre a Rússia e a Ucrânia. ●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Economia & Negócios **Caderno:** B **Página:** 1 e 2